

NOTA SOBRE FUNCIONAMENTO E FINANCIAMENTO DA MANAUSMED

O Movimento Trabalhadores da SEMED – Manaus, vem se manifestar através da presente nota acerca do atual estado de funcionamento do plano de saúde dos servidores municipais – MANAUSMED, especialmente como está a situação financeira da MANAUSMED um ano após o Decreto nº 5657/2023, que reajustou a contribuição de custeio do plano de 3% para 4,5%.

Na época do reajuste a justificativa apresentada foi que o mesmo era necessário para reequilibrar as contas da MANAUSMED, ampliar os atendimentos e a implantação do sistema de telemedicina. Transcorrido um ano a única promessa de fato implementada foi o reajuste da contribuição, na verdade houve uma piora significativa no atendimento do plano, diminuição do número de instituições conveniadas, longas esperas por atendimento por especialistas e cancelamentos de consultas por alegações de atrasos nos pagamentos para as clínicas credenciadas, além é claro da tentativa frustrada de "privatização" da MANAUSMED através da empresa HAPVIDA.

Atualmente a MANAUSMED atende mais de 27 mil titulares e 12 mil dependentes, que custeiam o plano nos moldes do Art. 18 do Decreto 5657/2023:

Art. 18. O SERVMED será custeado na seguinte forma:

- I contribuição patronal de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, abrangendo a Prefeitura e a Câmara Municipal de Manaus sobre o total do subsídio ou remuneração, proventos e pensão, incluindo as vantagens e gratificações pecuniárias permanentes, dos segurados de que trata o inc. Il deste artigo;
- **II contribuição do segurado titular de 4,5%** (quatro inteiros e cinco décimos por cento) sobre o total do subsídio ou remuneração, proventos e pensão, incluindo as vantagens e gratificações pecuniárias permanentes pelo:

Ou seja, o valor de contribuição da MANAUSMED é 9% da remuneração, proventos, pensão, gratificações e vantagens dos servidores aderentes ao plano. Onde 4,5% são pagos pelo órgão do servidor como contribuição patronal, e mais 4,5% descontados do servidor, diretamente no contracheque.

Para descobrir quanto isso significa em números, realizamos consultas nos portais de transparência tanto da Prefeitura de Manaus (site: https://transparencia.manaus.am.gov.br), quanto do portal da transparência do FUNDEB da cidade de Manaus (site: https://fundeb-transparencia.manaus.am.gov.br), e verificamos que de JANEIRO A JUNHO de 2024 a MANAUSMED (FUNSERV) teve uma receita de R\$ 81.838.315,48, média de quase 14 milhões mensais, apenas para título de comparação no mesmo período de 2023 a MANAUSMED havia recebido R\$ 40.339.442,86. Ou seja, no primeiro semestre de 2024 a ManausMed já recebeu praticamente o dobro do valor que recebeu no primeiro semestre do ano passado, seguindo esse mesmo percentual de arrecadação, que deve aumentar mais por

conta do desconto do 13º salário, a MANAUSMED deve fechar o ano com algo entre 160/170 milhões de reais na conta.

Os números fazem parecer que o problema atual não é a falta de recursos, como comparação, a licitação na qual a HAPVIDA saiu campeã era no valor de 108 milhões de reais por ano, bem inferior à estimativa de receita do plano para esse ano. A questão que fica é: Como tendo recebido tanto dinheiro em apenas 6 meses ainda assim o atendimento anda de mal a pior? Com diversas clínicas e hospitais cancelando atendimento por falta de pagamento? O mais recente caso foi do Hospital Santa Julia, que segundo a prefeitura cancelou o contrato de forma unilateral, o que também é bastante estranho, tendo em vista que o cancelamento do contrato ocorreu apenas 1 dia após a publicação da prorrogação do contrato com a MANAUSMED até julho de 2025, em valor superior a 6 milhões de reais.

No âmbito da Educação, os servidores da SEMED ficam em situação ainda mais nebulosa. Dos mais de 81 milhões de reais destinados à MANAUSMED no primeiro semestre deste ano, R\$ 22.011.702,97 são provenientes da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, e nesse ponto que os indícios de irregularidades surgem. De todo esse montante, apenas R\$ 1.504.423,74 vieram do tesouro/erário da SEMED, enquanto R\$ 20.507.279,23 vieram da fonte FUNDEB. E qual o problema disso? O problema disso é o Art. 71, inciso IV da LDB:

Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com: IV - programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;

De todo o recurso recebido pela MANAUSMED esse ano, praticamente 25% vem de recursos potencialmente indevidos para tais fins, os recursos do FUNDEB. Apenas para lembrar no ano de 2017 a SEDUC fez utilização de recursos do FUNDEB de forma similar, para custear pagamento de plano de saúde, e na época tanto o Tribunal de Contas do Estado, quanto o Ministério Público Estadual expediram recomendações contrárias à utilização do FUNDEB para esses fins, e foi até mesmo instaurado inquérito para averiguar ato de improbidade administrativa.

Agora fica o nosso questionamento, o que mais será necessário para que ocorra alguma intervenção de verdade na MANAUSMED? Os servidores da Educação de Manaus desde o ano de 2023 vem lutando ativamente para garantir a continuidade da MANAUSMED, formulando pedidos de instauração de uma CPI e Audiências Públicas na Câmara Municipal de Manaus, que foram deliberadamente ignorados, enquanto isso o acesso à saúde de qualidade dos servidores públicos municipais se torna cada dia mais precário.

Os indicativos de má gestão, má prestação de serviço e irregularidades no financiamento do plano são notórios e latentes, graves e que devem ser apurados pelo TCE, MPE, MPF, pelos nossos vereadores e sindicatos.

Movimento Trabalhadores da SEMED - Manaus